

ELEIÇÕES NO TOCANTINS E A DESIGUALDADE DE GÊNERO A PARTIR DA COBERTURA JORNALÍSTICA

TOCANTINS ELECTIONS AND GENDER INEQUALITY
BASED ON JOURNALISTIC COVERAGE

LAS ELECCIONES DE TOCANTINS Y LA DESIGUALDAD
DE GÉNERO BASADAS EN LA COBERTURA
PERIODÍSTICA

*Gabriela Pereira Melo**

*José Eduardo de Azevedo Gomes Rodrigues***

*Francisco Gilson Rebouças Porto Junior****

RESUMO

A desigualdade de gênero na política é um problema no Brasil e a mídia, ao realizar seu trabalho de comunicação social, pode influenciar a sociedade e setores organizados a debaterem sobre essa desproporcionalidade. Esta análise teve como objetivo realizar um levantamento sobre a participação da mulher na política do Estado do Tocantins, mais precisamente no âmbito legislativo federal e estadual, e como a cobertura da mídia, tendo como objeto o jornal impresso Jornal do Tocantins, tratou essa questão nas coberturas pós-eleitorais dos anos de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. A partir dos dados obtidos, foi possível perceber que a falta de representação feminina nos espaços de poder se converte à escassa visibilidade midiática de mulheres, em especial nos veículos que tratam sobre política.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero; Jornal do Tocantins; Legislativo.

ABSTRACT

Gender inequality in politics is a problem in Brazil and the media, when carrying out its social communication work, can influence society and organized sectors to debate this disproportionality. This analysis aimed to carry out a survey on the participation of women in the politics of the State of Tocantins, more precisely in the federal and state legislative sphere, and how the media coverage, having as object the printed newspaper Jornal do Tocantins, dealt with this question in the post-electoral coverage of the years 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 and 2018. Based on the data obtained, it was possible to perceive that the lack of female representation in spaces of power translates to the scarce media visibility of women, especially in vehicles that deal with politics.

Keywords: Gender Inequality; Newspaper of Tocantins; Legislative. Tocantins.

RESUMEN

La desigualdad de género en la política es un problema en Brasil y los medios de comunicación, al realizar su labor de comunicación social, pueden influir en la sociedad y sectores organizados para debatir esta desproporcionalidad. Este análisis tuvo como objetivo realizar una encuesta sobre la participación de las mujeres en la política del Estado de Tocantins, más precisamente en el ámbito legislativo federal y estatal, y cómo la cobertura mediática, teniendo como objeto el diario impreso Jornal do Tocantins, abordó esta cuestión en la cobertura postelectoral de los años 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 y 2018. Con base en los datos obtenidos, se pudo percibir que la falta de representación femenina en los espacios de poder se traduce en la escasa visibilidad mediática de las mujeres, especialmente en los vehículos que se ocupan de la política.

Palabras-clave: Desigualdad de género; Periódico de Tocantins; Legislativo. Tocantins.

*Coordenadora e professora substituta do curso de Jornalismo da Universidade de Gurupi (UnirG). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4887-6063>
E-mail: gabrielamelogpm@gmail.com

**Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6296-0312>
E-mail: eduardosemed@gmail.com

***Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5335-6428>
E-mail: gilsonportouft@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo eleitoral, ferramenta constitucional que visa resguardar a representatividade política da população, mostra-se como uma das principais formas do cidadão exercer a democracia. Dentre vários debates realizados em torno desta temática, um dos pontos que tem promovido crescentes discussões, sendo um dos grandes desafios neste processo de democratização, é o da desigualdade de gênero na política, mais precisamente a exígua representatividade feminina nos espaços de poder, como no legislativo federal e estadual - Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

O Tocantins, Estado situado na região norte do Brasil foi criado em 5 de outubro de 1988 e é considerado o mais novo ente da federação brasileira. Seu primeiro processo eleitoral ocorreu no dia 15 de novembro do mesmo ano, ocasião em que foram escolhidos os primeiros senadores, deputados federais e estaduais (TOCANTINS, 2018).

Pelo sucinto espaço de tempo a partir da criação do Estado até 2018, foi possível realizar um levantamento junto aos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o quantitativo de mulheres eleitas para representar o Tocantins no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. A partir do levantamento se evidenciou a desigualdade de gênero na representação política desde a criação do Estado.

A partir da temática apresentada, esta pesquisa apresenta como objetivo geral realizar um levantamento sobre a participação da mulher na política do Estado do Tocantins, mais precisamente no âmbito legislativo federal e estadual. Como objetivos específicos se busca compreender o histórico da presença da mulher na política tocaninense; identificar a visibilidade da representação feminina no *Jornal do Tocantins*; quantificar a utilização de nomes masculinos ou femininos e/ou seus respectivos cargos políticos em títulos de notícias publicadas no *Jornal do Tocantins*.

A presente pesquisa busca responder à problemática sobre como a cobertura da mídia, tendo como objeto o jornal impresso *Jornal do Tocantins*, tratou a visibilidade midiática de mulheres, especialmente em relação à presença na política.

Para alcançar os objetivos estabelecidos e responder à problemática, utiliza-se a metodologia análise de conteúdo com abordagem quali-quantitativa. São analisados 320 títulos das matérias jornalísticas das capas do *Jornal do Tocantins* e do caderno interno da editoria de política, nos três dias subsequentes às eleições de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. O período escolhido ocorre devido ao funcionamento de um jornal diário, que nos dias posteriores a um pleito eleitoral, possui como prática divulgar os nomes, cargos e votos das pessoas que possuem êxito e/ou algum tipo de destaque em suas candidaturas.

Este estudo é relevante para a sociedade, especialmente a tocaninense, pelo fato de apresentar uma análise sobre a cobertura jornalística tocaninense e a desigualdade de gênero na política estadual. Mesmo havendo a necessidade de se debater este tema não só no Tocantins, mas em todo o Brasil, há um crescimento constante nos últimos anos de discussões que envolvem a temática.

Como fundamentação dos conceitos necessários para a compreensão desta pesquisa, realiza-se um levantamento documental sobre a quantidade de mulheres eleitas pelo Tocantins no Senado, nas esferas federal e estadual. Além disso, é necessário apresentar uma revisão bibliográfica de estudos sobre o *Jornal do Tocantins* a partir de autores como Gomes (2018), além de conceitos referentes à imagem da mulher da mídia a partir de autores como Moreno (2017), Biroli (2010) e Young (2002).

2 TOCANTINS: PROCESSOS ELEITORAIS E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL

No Tocantins, entre 1988 e 2018, foram realizadas nove eleições majoritárias, assim como nove eleições proporcionais a nível estadual. Elas ocorreram nos anos de 1988, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018.

Conforme dados analisados por meio de documentos disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), na história do Estado, apenas uma mulher, Kátia Abreu, assumiu o cargo de senadora. Ela foi eleita em 2006 e 2014 para este cargo.

Já as mulheres deputadas federais eleitas pelo Estado foram Dolores Nunes (1994), Kátia Abreu (2002), Nilmar Ruiz (2006) e Professora Dorinha Seabra (2010). Em 2014, Professora Dorinha Seabra, Dulce Miranda e Josi Nunes foram eleitas. No pleito de 2018, somente Professora Dorinha Seabra e Dulce Miranda receberam votos suficientes para alcançar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Na Assembleia Legislativa a eleição de mulheres deu-se sequencialmente da seguinte maneira: Dolores Nunes, em 1994, e Leide Pereira em 1998. No ano de 2002, pela primeira vez, duas mulheres foram eleitas para compor o parlamento estadual: Solange Duailibe e Josi Nunes. Em 2006, houve um aumento de mulheres eleitas deputadas estaduais: Solange Duailibe, Josi Nunes e Luana Ribeiro. No ano de 2010 também houve um aumento da participação feminina no legislativo estadual. Foram eleitas: Solange Duailibe, Josi Nunes, Luana Ribeiro e Amália Santana.

Depois de três eleições consecutivas com crescimento da representação feminina na Assembleia Legislativa, o número caiu em 2014 com a eleição de apenas três mulheres, dentre as 24 vagas possíveis. Foram eleitas: Luana Ribeiro, Amália Santana e Valderez Castelo Branco. No entanto, em 2018, a quantidade de mulheres na Casa legislativa estadual atingiu o seu maior índice da história: Luana Ribeiro, Amália Santana, Valderez Castelo Branco, Vanda Monteiro e Cláudia Lélis foram eleitas, totalizando cinco mulheres no parlamento do Tocantins.

Após a demonstração desse breve levantamento é possível observar, considerando eleições posteriores para cargos superiores ou reeleições das mesmas mulheres, que somente 13 mulheres diferentes assumiram cargos políticos como representantes do Tocantins no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, durante os mais de 30 anos de criação do Tocantins, isto é, até 2018. Considerando a possibilidade de vagas disputadas em todos os pleitos eleitorais do Estado, totalizou-se 29 ocasiões em que elas foram eleitas pelo povo para assumir uma cadeira nos parlamentos analisados.

De acordo com informações disponibilizadas pelo (-TO)¹, de 1988 até 2018, nove eleições para o cargo de senador, de deputado federal e de deputado estadual foram realizadas no Estado do Tocantins. Foram pleiteadas 15 vagas para o Senado; 72 vagas para deputado(a) federal; e 216 vagas pleiteadas para o deputado(a) estadual.

Para facilitar a visualização desses números foi esboçado o seguinte quadro de representantes eleitos(as) do Tocantins por ano da eleição, quantidade de vagas disputadas no ano eleitoral, cargo eletivo, gênero e suas respectivas porcentagens:

Quadro 1 - Quadro de representantes eleitos(as) do Tocantins por ano da eleição

Ano da eleição	Senado Federal					Câmara dos Deputados					Assembleia Legislativa				
	V	H/E	%	M/E	%	V	H/E	%	M/E	%	V	H/E	%	M/E	%
1988	3	3	100%	0	0%	8	8	100%	0	0%	24	24	100%	0	0%
1990	1	1	100%	0	0%	8	8	100%	0	0%	23	23	95.83%	1	4.16%
1994	2	2	100%	0	0%	8	7	87.5%	1	12.5%	24	24	100%	0	0%
1998	1	1	100%	0	0%	8	8	100%	0	0%	23	23	95.83%	1	4.16%
2002	2	2	100%	0	0%	8	7	87.5%	1	12.5%	22	22	91.66%	2	8.33%
2006	1	0	0%	1	100%	8	7	87.5%	1	12.5%	21	21	87.50%	3	12.50%
2010	2	2	100%	0	0%	8	7	87.5%	1	12.5%	20	20	83.33%	4	16.66%
2014	1	0	0%	1	100%	8	5	62.5%	3	37.5%	21	21	87.50%	3	12.50%
2018	2	2	100%	0	0%	8	6	75%	2	25%	19	19	79.16%	5	20.83%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-TO (TOCANTINS, 2018). V: Vagas disputadas no ano eleitoral; H/E: Homens Eleitos; M/E: Mulheres Eleitas; %: porcentagem. Disponível em: <http://www.tre-to.jus.br/eleicoes>. Acesso em 26 ago. 2020.

Os números apresentados evidenciam uma desproporcionalidade na participação entre homens e mulheres nos espaços de poder legislativo analisados. Também é possível avaliar que há uma desigualdade de representação, quando se compara o número de eleitoras e a quantidade de mulheres eleitas. De acordo com dados oficiais, nas eleições de 2018 as mulheres eram maioria no quesito aptas a votar, com 524.928 eleitoras (50,5%)². Já os homens somaram no mesmo pleito 514.511, ou 49,5% do eleitorado do Estado.

Com base nesses dados, pode-se verificar que mesmo a maioria do eleitorado tocantinense sendo do sexo feminino, isso não significa necessariamente proporcionalidade em representação nos espaços de poder analisados. Em 2018 nenhuma senadora foi eleita (0%), somente duas mulheres conseguiram alcançar vagas como deputadas federais (25%) e apenas cinco delas assumiram cadeiras no legislativo estadual tocantinense (20.83%).

Mesmo apontando um crescimento no decorrer das eleições, percebe-se que o crescimento de mulheres eleitas não é equânime quando se considera a quantidade e representatividade eleitoral de cada gênero. Essa desproporcionalidade representada acima evidencia como o gênero dominante nos cargos legislativos do Tocantins ainda é o masculino.

Diante desse cenário de sub-representação das mulheres no Estado, houve o argumento acerca de como foi o tratamento da mídia sobre a desigualdade de gênero na política tocantinense. Para constatar essa questão se observou um recorte de tempo – eleições de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 – e como o *Jornal do Tocantins* tratou (e se tratou) o assunto em suas coberturas, durante o período pós-eleitoral.

Como reforça Gomes (2018, p. 47) o *Jornal do Tocantins* “tem importância histórica para o estado, pois foi o primeiro jornal de circulação a ser criado no norte goiano, que posteriormente se tornou o Tocantins”. Foram analisadas as versões físicas do meio de comunicação, já que no final de 2018 a versão impressa chegou ao fim. “A partir de 1º de janeiro de 2019 o *Jornal do Tocantins* passará a ser disponibilizado exclusivamente no ambiente digital [...] e com novos recursos que não seriam possíveis no impresso”³.

Foi escolhido o *Jornal do Tocantins*, por ser um dos veículos de comunicação mais antigos do Estado, por ter sido fundado ainda na década de 70, e por ter sido na época da análise, o maior jornal impresso do Tocantins (PORTO JUNIOR; RODRIGUES; PEREIRA, 2015, REIS; MORAIS; ALMEIDA, 2018).

² G1 Tocantins. Número de eleitores cresce no Tocantins e mulheres são maioria, segundo TSE. Dia 2 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/08/02/numero-de-eleitores-cresce-no-tocantins-e-mulheres-sao-maioria-segundo-tse.ghtml>. Acesso em 29 set. 2020.

³ Araguaína Notícias. Jornal do Tocantins encerra versão impressa após 40 anos e manterá online. 16 dez. 2018. Disponível em: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-encerra-versao-impressa-apos-40-anos-e-manter-a-online/13629>. Acesso em 29 set. 2020.

Em seu estudo sobre “A Imagem da Mulher na Mídia”, Rachel Moreno (2017) faz uma análise social comparada entre o Brasil e outros países. Em uma parte de sua pesquisa, a autora esclarece como os meios de comunicação têm papel fundamental neste contexto, ao promover reflexões sobre a importância da igualdade de gênero.

Diante de sua importância, diante do impacto que a mídia tem na formação da mentalidade, do imaginário, dos desejos e da leitura socializada da realidade, todos os países listados enfatizam a importância do envolvimento dos meios de comunicação com a implementação da igualdade de gêneros, com os quais todos estão comprometidos. Sem isso, alcançar essas metas e esses objetivos se torna mais distante e bastante mais difícil. Na verdade, é em nome de sua função de educadora informal, eficaz e poderosa que se exige dela esse comprometimento (MORENO, 2017, p. 86).

Neste sentido, ao verificar a realidade no que diz respeito à participação de mulheres no legislativo tocantinense, nos âmbitos federal e estadual, foi realizado um levantamento de como o Jornal do Tocantins tratou essa desigualdade de gênero em suas manchetes.

É importante acentuar que a análise de um veículo de comunicação existente desde a criação do Estado até 2018 é de suma relevância a fim de determinar como a mídia tratou, ao esguio dos anos, a desigualdade de gênero nestes espaços de poder. No caso deste estudo, analisar como foi retratada pelo jornal a parca representação feminina no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

3 DESIGUALDADE MÍDIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NA POLÍTICA

No Brasil, pesquisas que vinculam o Poder Legislativo e a participação feminina na política e na mídia ainda são poucas. Quando se delimita este foco para a questão de gênero na política do Estado do Tocantins, torna-se ainda mais escassa a quantidade de análises.

A partir da observação sobre o número reduzido de produções científicas sobre o assunto, foi proposta a realização de uma pesquisa que venha contribuir, mesmo que parcialmente, com o desenvolvimento de estudos sobre desigualdade de gênero na política do Tocantins. A realização desta pesquisa também tem como justificativa a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre gênero, narrativas jornalísticas, participação feminina na política, Poder Legislativo e até mesmo sobre a história do Estado.

As pesquisas e publicações brasileiras sobre questões que abordem os temas de gênero relacionados à mídia, comunicação e jornalismo também se mostraram incipientes, embora tenham aumentado após os anos 2000. Isso fundamenta a perspectiva de contribuir com a reflexão do papel da mídia na promoção da igualdade de gênero e um debate mais profícuo sobre esses temas nos meios de comunicação, sobretudo jornalística (SANTOS, 2018, p. 14).

Neste contexto, torna-se importante refletir o papel de instituições representativas e dos meios de comunicação social na promoção de ações, debates, informações de interesse público, entre outras atividades que fortaleçam a formação crítica da sociedade. As conquistas alcançadas até agora precisam ser ampliadas, mas as lutas não podem ser esquecidas.

A conquista do direito de votar e ser votada foi apenas o início de uma luta pela ampliação de espaços para as mulheres. No entanto, em qualquer aspecto avaliado, a conclusão é sempre a mesma: houve ganhos, mas em ritmo muito inferior ao desejado [...] Essa realidade, que mantém a sub-representação feminina no Parlamento, está em completa dissonância com o papel e responsabilidades que as mulheres assumiram na sociedade. De acordo com os números apurados pelo IBGE, as mulheres compõem 51,5% da população brasileira e são também a maioria do eleitorado, perfazendo 51,7% dos votantes. Elas estudam mais, são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho (BRASIL, 2013, p. 17-18).

Em obra desenvolvida pelo Senado Federal, intitulada “+Mulher na Política: Mulher, Tome Partido”, são apresentados dados gerais, como o citado acima, sobre o crescimento eleitoral e a falta de mulheres no Congresso Nacional.

No caso do Estado do Tocantins a questão da desigualdade de gênero se torna ainda mais evidente, quando avaliada a quantidade de mulheres representantes do Estado no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

É importante destacar que os meios de comunicação possuem papel fundamental na promoção do debate sobre a desigualdade de gênero, especialmente no que diz respeito à representatividade nos espaços de poder. Como destaca Biroli (2010, p. 46) “o problema central que determina a abordagem proposta é o de que a sub-representação das mulheres nos espaços formais de poder político soma-se a sua sub-representação na mídia, especialmente no noticiário político”.

Young (2002, p. 171) também faz uma explanação pertinente sobre esta questão e ressalta a importância da representatividade para a visibilidade das minorias:

Quando há uma história de exclusão ou marginalização de certos grupos da influência política, os membros desses grupos tendem a se desafeiçoar do processo político: podem ficar apáticos ou se recusar terminantemente a se engajar com outros para tentar resolver problemas compartilhados. Sob tais circunstâncias, a representação específica de grupos desfavorecidos estimula a participação e engajamento.

Neste contexto é imprescindível que haja representatividade para que questões ou problemas de determinados públicos sejam colocados em discussão nos espaços de poder. No que diz respeito ao papel da mídia, ela entra como uma peça-chave na promoção de debates e reflexões. Moreno (2017, p. 73) afirma que “a mídia representa, muitas vezes, a única ou principal fonte de informação – e de formação da opinião – da sociedade”.

Também é necessário evidenciar que a mídia tem um papel importante no que diz respeito à formação de opinião, e de que ela está intimamente entrelaçada ao campo da política (PANKE; LIMA, 2017; MIRANDA; RODRIGUES; CARVALHO, 2018; DANTAS; RUBIM, 2018). Neste contexto, é necessário fazer reflexões sobre as responsabilidades da mídia e dos meios de comunicação.

Das análises do impacto, da influência e da importância dos meios de comunicação na formação da cultura, decorre a conclusão de que lhe cabe exercer a sua responsabilidade na implementação da equidade entre os gêneros e, conseqüentemente, na formação de uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva (MORENO, 2017, p. 80).

Dada a sua importância, tal explanação mostra a necessidade de analisar como os meios de comunicação e o jornalismo têm realizado suas coberturas, e ainda como esse trabalho têm fomentado debates sobre desigualdade de gênero na política. Miguel e Biroli (2009, p. 56) destacam que “a mídia reforça a definição dominante sobre o que é a política e quem participa legitimamente do campo - o que inclui a naturalização do viés de gênero nele presente”.

Por isso, verificar como o Jornal do Tocantins tratou essa temática ao longo dos anos pode ser um meio de avaliar o papel da mídia tocantinense – e sua responsabilidade enquanto fonte de comunicação social – na ampliação de debates, e sobre a pouca participação de mulheres no legislativo no âmbito federal e estadual.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica, documental e descritiva, apresentando uma abordagem quali-quantitativa, e o método de análise de conteúdo apresentado por Bardin (1977), possibilitando uma análise em etapas que identifica os elementos a serem analisados e cria categorias para a compreensão da problemática estabelecida. As categorias utilizadas foram definidas como “masculino” e “feminino”.

Foram analisados os títulos das matérias jornalísticas que estampavam as capas do *Jornal do Tocantins* e o caderno interno da editoria de política, nos três dias subsequentes às eleições de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018.

Esse período foi escolhido sabendo que em um jornal diário, nos dias posteriores a um pleito eleitoral, é que são divulgados os nomes, cargos e votos das pessoas que tiveram êxito e/ou algum tipo de destaque em suas candidaturas. Também são nesses dias que análises diversas sobre o processo eletivo são realizadas por jornalistas. Não foi possível encontrar o acervo físico ou virtual do jornal nos anos de 1988, 1990 e 1994 e por isso não há a contabilização de dados dessas referidas eleições.

Todos os títulos encontrados nos anos analisados foram tabulados em uma planilha do programa Excel. Depois dessa organização de informações, os dados encontrados foram divididos por ano, dia da eleição, dia da publicação da notícia, editoria, abrangência (estadual ou nacional), local em que o título apareceu no jornal (se na capa ou internamente), texto do título, e se citava o nome ou cargo ocupado por homem ou mulher. Entende-se por cargo ocupado as expressões e suas respectivas flexões de gênero: senador ou senadora; deputado ou deputada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas 320 notícias na editoria de política nos anos analisados, sendo que destas, 169 tinham em suas manchetes o nome ou cargo político ocupado por pessoas do sexo masculino, enquanto somente 31 títulos tinham nomes ou cargos políticos ocupados por mulheres.

Vale ressaltar que em 1998 não houve nenhuma citação de nome feminino ou cargo político de alguma mulher nas manchetes das notícias analisadas. Já em 2014 houve a maior citação de nomes e/ou cargo políticos de mulheres nos títulos das matérias encontradas.

Na tabela (Tabela 1) abaixo, é possível observar a diferença:

Tabela 1 - Títulos de matérias que citam nomes ou cargos, por ano da eleição e gênero

Ano da Eleição	Matérias Totais	Editoria	Títulos de matérias que citam nomes ou cargos:	
			Masculinos	Femininos
1998	39	Política	21	0
2002	83	Política	49	2
2006	58	Política	32	4
2010	34	Política	20	6
2014	69	Política	30	18
2018	37	Política	17	1
TOTAL	320	***	169	31

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Ao observar a pequena quantidade de manchetes de notícias que retratam mulheres na política, alguns pontos podem ser levantados para reflexões. Ao falar sobre a função de um título de jornal, Cunha afirma que,

No jornalismo moderno, assim considerado aquele posterior às inovações introduzidas nos anos 50, há um consenso sobre a importância e o papel do título em um jornal diário. Entre as referências encontradas nesta pesquisa, o conceito do que deve ser o título converge, de modo geral, para as mesmas características. Basicamente, destaca-se a necessidade de ele ser claro, objetivo, de resumir a notícia e ser atraente ao leitor, de modo a convencê-lo a ler a matéria, ou, pelo menos, a comprar o jornal. Este último papel se atribui, especificamente, às manchetes: os títulos da capa do jornal (CUNHA, 2010, p. 6).

O título é uma das partes mais importantes de uma notícia e deve conter as principais partes do que será apresentado posteriormente no texto de uma matéria. Neste sentido, avaliar o emprego de nomes masculinos ou femininos e/ou seus respectivos cargos políticos foi necessário para compreender como o Jornal do Tocantins tratou a questão da desigualdade de gênero no legislativo federal e estadual.

A partir dessa reflexão, foi possível evidenciar a escassa citação de mulheres eleitas no Estado em títulos de notícias divulgadas pelo Jornal do Tocantins no período analisado. “Essa presença reduzida é, por sua vez, marcada por estereótipos de gênero e vinculada a posições de menor prestígio, reforçando a posição marginal das mulheres na política” (BIROLI, 2010, p. 46).

Para uma melhor compreensão sobre a pouca representatividade de mulheres evidenciada em manchetes do Jornal do Tocantins no período analisado, criou-se um quadro (Quadro 2) com a porcentagem de citações:

Quadro 2 - Porcentagem sob a perspectiva de Gênero

Ano	Porcentagem sob a perspectiva de Gênero: Manchetes do Jornal do Tocantins na editoria de política	
	Masculino	Feminino
1998	53,85%	0,00%
2002	59,04%	2,41%
2006	55,17%	6,90%
2010	58,82%	17,65%
2014	43,48%	26,09%
2018	45,95%	2,70%

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir das informações acima se percebe que, de modo geral, as manchetes da editoria de política do Jornal do Tocantins trouxeram alguma flexão de gênero em destaque. Em sua grande maioria o gênero masculino foi predominante. O momento em que houve um maior crescimento da presença feminina nos títulos ocorreu em 2014, período em que o Brasil reelegeu à Presidência uma mulher, Dilma Rousseff, e que o Tocantins elegeu sete mulheres em todas as esferas analisadas, maior número de representação feminina do Estado até então.

No período analisado, a primeira vez que o nome de uma mulher foi citado em um título do Jornal do Tocantins foi no dia 6 de outubro de 2002, com o título: “Kátia tem votação recorde”. A matéria tratava da votação obtida pela então candidata Kátia Abreu, eleita com uma quantidade de votos expressiva para o cargo de deputada federal. Na edição do dia seguinte, outra notícia trazia um nome feminino em seu título: “Para Nilmar, vitória não seria surpresa”. A então citada era prefeita da Capital, Palmas, e comentava sobre a eleição de apoiadores à época.

Sobre a questão que envolve o processo jornalístico é importante levar alguns pontos em consideração durante as reflexões. O primeiro deles é o motivo da pequena quantidade de matérias que citam mulheres tocantinenses ocupando espaços de poder. O outro é o valor-notícia, critério utilizado para a seleção do que seria publicado, e os motivos da sub-representação de gênero apresentada a partir da análise do Jornal do Tocantins no período estudado.

[...] os juízos e valores que organizam a experiência são confirmados, (re)produzidos e transformados pela mídia. Indivíduos e temas ganham relevância e são julgados, em maior ou menor medida, por sua presença na agenda dos meios de comunicação de massa e por sua inserção em narrativas que atribuem sentido à experiência social. (BIROLI, 2010, p. 52).

A partir dos dados levantados, foi possível confirmar o pouco espaço dado pelo *Jornal do Tocantins*, em suas manchetes, para as mulheres eleitas no período pós-eleitoral de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, com exceção de 2018, ano em que houve um tímido crescimento. A desproporcionalidade fica evidente ao observar essa questão. Como afirma Motta (2008), existe a possibilidade de analisar um conjunto de notícias isoladas sobre um tema, que inicialmente podem não apresentar narratividade, mas que juntas, passam a ser parte de um acontecimento integral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema proposto inicialmente por esta pesquisa buscou responder como o jornal impresso *Jornal do Tocantins* tratou a visibilidade midiática de mulheres, especialmente, em relação à presença na política. Foi possível identificar, a partir dos dados obtidos, que a falta de representação feminina nos espaços de poder se converte à escassa visibilidade midiática de mulheres, em especial nos veículos que tratam sobre política.

O objetivo geral propôs realizar um levantamento sobre a participação da mulher na política do Estado do Tocantins, mais precisamente no âmbito legislativo federal e estadual. Como objetivos específicos, buscou-se compreender o histórico da presença da mulher na política tocaninense; identificar a visibilidade da representação feminina no *Jornal do Tocantins*; quantificar a utilização de nomes masculinos ou femininos e/ou seus respectivos cargos políticos em títulos de notícias publicadas no *Jornal do Tocantins*.

A partir da metodologia levantada e dos estudos realizados, foi possível alcançar os objetivos propostos. Permitindo entender que, mesmo que parcialmente, confirma-se a afirmação feita por Biroli (2010) de que a falta de representação feminina nos espaços de poder se converte à escassa visibilidade midiática de mulheres, em especial nos veículos que tratam sobre política.

A partir das informações levantadas se percebe que, de modo geral, as manchetes da editoria de política do *Jornal do Tocantins* trouxeram, em sua grande maioria, o gênero masculino como predominante. A primeira vez que o nome de uma mulher foi citado em um título do *Jornal do Tocantins*, dentro do período estudado nesta pesquisa, foi em 2002, apesar de ter sido fundado na década de 70. Além do distanciamento de tempo para a primeira menção, ainda ocorreu uma escassa citação de mulheres eleitas no Estado em títulos de notícias divulgadas pelo *Jornal do Tocantins* no período analisado por esta pesquisa.

Considerando os estudos apresentados, quando essas menções ocorrem, ainda são, em maioria, relacionadas a situações de desprestígio e estereótipos. Mesmo sendo uma pesquisa inicial sobre o assunto, este estudo precisa e deve ser aprofundado, para que se possam analisar sociologicamente e até mesmo no campo da ciência política, outros fatores relacionados ao papel da mídia e a desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. França: Edições 70, 1977.

BIROLI, Flávia. **Mulheres e política nas notícias**: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, p. 45-69, 2010.

BRASIL. + **Mulher na Política: Mulher, Tome Partido**. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em 24 jan. 2020.

CUNHA, Diogo da Silva. **Manchetes, títulos e suas formas de expressão**: uma pesquisa histórica pelos uivos impressos, idiotas da objetividade e outros modos de ver. 2010. Quantas páginas? Monografia (Graduação em Jornalismo – Habilitação em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DANTAS, Fernanda Argolo; RUBIM, Linda Oliveira. TCHAU QUERIDA: Questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 466-491, jan. 2018.

GOMES, Luciano Silva. **A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins**. 2018. 80 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 55-81, jun. 2009.

MIRANDA, Cynthia Mara; RODRIGUES, Paulo Cezar; CARVALHO, Renilson Cruz. Comunicação, Política e Gênero: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do Estado do Tocantins. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 411-441, out. 2018.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENEDETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 143-170.

PANKE, Luciana; LIMA, Alice. Instagram e a Desqualificação do Feminino nas Eleições Presidenciais Brasileiras em 2014. **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p. 84-104, mar. 2017.

PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças; RODRIGUES, José Eduardo de Azevedo Gomes; PEREIRA, Daniela Soares. O Agendamento das notícias sobre Política: Uma análise dos sites PortalCT, Conexão Tocantins e Jornal do Tocantins na sua versão online. **Revista Observatório**, v. 1, n. 2, p. 239-257, dez. 2015.

REIS, Thays Assunção; MORAIS, William Castro; DE ALMEIDA, Domingos Alves. JORNALISMO CULTURAL: a produção regional no Maranhão e Tocantins. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 858-880, abr. 2018.

SANTOS, Ana Paula dos. **Pautando Gênero: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação**. 2018. 122 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

TOCANTINS. Tocantins – História. **Portal Tocantins** – Governo do Estado. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/tocantins-historia/>. Acesso em 27 dez. 2020.

TOCANTINS. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE-TO). **Estado do Tocantins**. Disponível em: www.tre-to.jus.br/eleicoes. Acesso em 29 dez. 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006,. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67306706.pdf>. Acesso em 10 jan. 2020.

Artigo recebido em: 18 nov. 2021. | Artigo aprovado em: 06 dez. 2021.